
CULTURA REPUBLICANA: MOVIMENTOS E TENDÊNCIAS DURANTE A I REPÚBLICA

ANTÓNIO REIS*

Devo confessar que me sinto quase num regresso às origens. Sinto-me aqui quase como nos meus 20 anos, na Universidade Católica de Friburgo na Suíça, da qual guardo gratíssimas recordações, onde tive excelentes professores, dominicanos, aliás, quase todos eles, e onde aprendi imenso. E devo dizer, em resposta às palavras do Prof. Matos Ferreira, que o primeiro tema que escolhi para a minha tese de licenciatura foi exatamente a Doutrina Social da Igreja, mas depois fiquei tão seduzido pela filosofia de Aristóteles que acabei por mudar para a Ética a Nicómaco e, mais especificamente, para a teoria da amizade na Ética a Nicómaco. Foi esse o tema da minha tese de licenciatura na Universidade Católica de Friburgo.

Quero também dizer que é com muito gosto que estou aqui. Senti o convite do Prof. Matos Ferreira como irrecusável, porque tem sido tão prestável na sua colaboração com o Instituto de História Contemporânea e com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, aceitando os meus pedidos para integrar os júris de teses e devo-lhe tanto também por isso, que seria uma ingratidão da minha parte não corresponder-lhe de imediato.

Devo dizer também que o tema que me apresentou é um tema aliciante mas que me causou alguma perplexidade inicial. Desde logo por causa da expressão: «Cultura Republicana». O que é a cultura republicana? De que falamos quando falamos de cultura republicana? Como articular o vocábulo «cultura», com o vocábulo «república» ou «republicana»? Falamos de uma «cultura republicana», mas não falamos por exemplo, de uma «cultura monárquica». Não falamos de uma cultura do Estado Novo para referir o regime que precede e o regime que sucede à I República. E, no entanto, a expressão tem o seu sentido e justifica-se inteiramente. Porque é preciso termos em conta, esta é a primeira nota que queria deixar muito clara, que a República, antes de ser um regime político, é sobretudo um determinado paradigma cultural com várias dimensões. Um paradigma cultural de que o regime é uma consequência, é um efeito. Não é o regime político que determina e que cria esse paradigma, esse regime político é consequência e é criado por esse paradigma cultural. Esta é a primeira nota basilar que me parece importante desde já acentuar.

* Doutor em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). Professor Jubilado da FCSH-UNL.

Por isso, quando falamos de «cultura republicana» falamos também, afinal de contas, de uma doutrina, de uma ideologia, de uma matriz e de um paradigma, como dizia, marcado, como sabemos, muito vincadamente, por uma visão evolucionista, positivista e determinista da história, marcado também por uma concepção laica do Estado e da Escola, marcado também por aquilo a que eu chamaria a utopia demopédica – que é o traço basilar e absolutamente essencial da cultura republicana. Tudo na cultura republicana remete para a utopia demopédica. Os próprios movimentos e tendências a que vamos assistir durante a I República, desde a *Renascença Portuguesa* até à *Seara Nova*, são, afinal de contas, expressões dessa utopia demopédica. É também uma cultura da pluralidade e uma cultura do livre pensamento, no bom sentido da expressão. Uma cultura de intelectuais e uma cultura que acentua o papel do intelectual na política e o papel do intelectual na tarefa demopédica. É uma cultura do patriotismo baseado numa ética cívica que, como veremos, transforma o culto da pátria num substituto do culto religioso, fazendo da pátria uma religião. E é uma cultura que configura uma tentativa de fabricar, à sua maneira, um Homem Novo, neste caso o cidadão republicano, o *homo republicanus*. Por isso, poderemos colocar a questão da cultura republicana nestes termos: afinal o que é que define culturalmente o *homo republicanus*? É este o objetivo da primeira parte da minha intervenção: tentar definir as várias dimensões do paradigma cultural republicano, alguns dos quais são desde logo e muito cedo contestados no interior desse paradigma por uma minoria de republicanos, e que, posteriormente, com a implantação da República irão ser ainda mais fortemente contestados. Há um paradigma que se constrói antes da I República, com a geração de Teófilo Braga, que prossegue com a geração do 31 de janeiro, nomeadamente com os contributos de Sampaio Bruno, Guerra Junqueiro e Basílio Teles, autores estes que já contestam os traços dominantes do primeiro paradigma positivista, para, depois da implantação da I República, se assistir a um desabrochar de movimentos e tendências que não receiam pôr em causa aspetos fundamentais desse paradigma inicial. É o que faz o *Saudosismo* de Teixeira de Pascoaes e o movimento da *Renascença Portuguesa*, é o que faz o *Pessimismo Trágico* de Manuel Laranjeira e de Raul Brandão, é o que fará depois o próprio *Modernismo* com a expressão sensacionista de Fernando Pessoa e a expressão futurista de Almada Negreiros, e é o que fará em pleno e em grande medida o grupo *Seara Nova* através dos seus maiores nomes – António Sérgio e Raul Proença, podia inverter a ordem – Raul Proença e António Sérgio. Daí que na segunda parte desta minha intervenção eu procure caracterizar a forma como cada uma destas correntes surgidas após a implantação da República puseram em causa o paradigma dominante da cultura republicana construído antes da implantação da República. Numa terceira parte, ensaiarei algumas conclusões genéricas sobre aquilo que eu penso serem, afinal de contas, os traços comuns desta cultura republicana e algumas das suas tensões internas.

Devo dizer que não tive tempo para fazer algo que estava no caderno de encargos que me foi proposto, que era uma pesquisa mais aprofundada sobre o estado da questão. Onde é que é necessário aprofundar mais? Que estudos é preciso fazer ainda? Onde é que estamos mais carentes de contributos? Penso, no entanto,

que era importante proceder a esta síntese, sendo que este é também um dos objetivos deste Seminário: uma síntese sobre os aspetos fundamentais do paradigma cultural republicano e da sua contestação. Tendo a acentuar muito esta dimensão contestatária do paradigma, porque a cultura republicana está longe de ser um todo homogêneo, bem pelo contrário. Seria, aliás, contraditório com os seus traços dominantes que ela não tivesse suscitado polémica, contestação interna, debate crítico e correntes bem diversificadas.

Passemos então à primeira parte desta exposição, onde pretendo fazer uma definição sintética dos traços fundamentais do paradigma cultural republicano. O primeiro traço é o filosófico. Aqui não vou ser muito original, confesso. Por um lado, vou à parte conclusiva do meu livro, a minha biografia sobre Raul Proença, o intelectual político republicano que foi objeto da minha tese de doutoramento; por outro lado, recorro a muito dos contributos absolutamente insubstituíveis e de certo modo decisivos do Prof. Fernando Catroga, no seu conhecido livro – *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro*.

Ora, no plano filosófico, o paradigma republicano assentou na construção de um modelo cosmológico evolucionista. E não digo positivista, porque o positivismo é apenas uma componente deste modelo cosmológico evolucionista, que combina o positivismo de Comte, o experimentalismo de Claude Bernard, o materialismo mecanicista de Büchner e Vogt, e o monismo naturalista de Haeckel, filósofos e pensadores alemães muito traduzidos em Portugal. Se há aqui um primeiro contributo para uma pesquisa a fazer, é precisamente tentar ver, do ponto de vista da história da leitura e do livro, o que foram as edições e as tiragens feitas nesta altura, sobretudo no último quartel do séc. XIX, destes autores estrangeiros que eram verdadeiros êxitos editoriais, que eram muito lidos, traduzidos e incluídos nas várias bibliotecas do povo e bibliotecas republicanas que se editavam nesta altura.

Mas este modelo cosmológico evolucionista era articulado com uma visão antropocêntrica e humanística de tipo iluminista, capaz de salvaguardar a liberdade crítica do homem como sujeito de progresso e capaz de salvaguardar a razão como instância de controlo científico da sociedade na transformação do real. Portanto, costume dizer que o nosso Republicanismo é filho do Positivismo e neto do Iluminismo, estas são as duas componentes genéticas do nosso Republicanismo: nem exclusivamente positivista, nem exclusivamente iluminista. Por isso, mais do que um simples instrumento de justificação do que existe, à boa maneira positivista clássica, o positivismo cientista republicano arvorou-se em arma de contestação da ordem social conservadora monárquica e de fundamentação de um imaginário social prospetivo. Só que no plano ontológico derrapou também, em certa medida, para um estreito materialismo monista determinista, como meio de melhor alicerçar a crença na vitória final da razão e do ideal humanista. Esta deriva para um estreito materialismo monista determinista tornou este paradigma filosófico do nosso republicanismo em algo de muito redutor e que facilmente despertou a insatisfação de correntes e de pensadores dentro do próprio Republicanismo como será o caso de Sampaio Bruno, Guerra Junqueiro e outros. Por sua vez, dentro deste

paradigma, a República surge como o fim da História, o último período da fase liberal inaugurada com a Declaração dos Direitos do Homem. E é por isso que o nosso republicanismo é um republicanismo muito determinista no plano da Filosofia da História, com a história do Homem vista como prolongamento da história da Natureza, o progresso sociológico visto na continuidade do evolucionismo biológico e do transformismo do cosmos, tudo isto no âmbito de uma mundividência totalizante da qual a República viria a ser a mera tradução final no plano jurídico-institucional. E é por isso mesmo um paradigma cultural profundamente otimista, quase messiânico mesmo que vê a República como o fruto natural da evolução do cosmos, da vida e da sociedade. E a revolução republicana é o termo dessa evolução que, em certa medida, a ação livre dos homens acaba por desbloquear e apressar.

Estamos, portanto, na presença de uma visão verdadeiramente científico-determinista que, por exemplo, um positivista como Teixeira Bastos no seu livro: *A crise*, de 1894, caracteriza da seguinte maneira: «A crise do fim do século representa a gestação de uma sociedade nova, uma nova civilização. Na ordem política o regime republicano democrático estender-se-á naturalmente a todas as nações do ocidente da Europa e, na ordem social, o operariado obterá um valioso melhoramento de condições, entre outras medidas, pela regulamentação do trabalho e pela garantia eficaz do direito de cada um aos meios de subsistência».

Só que esta visão determinista, cientista, positivista e evolucionista, de raiz iluminista, não esqueçamos também, é complementada ainda com a herança romântica do nacionalismo, e este é o terceiro traço deste paradigma filosófico. A herança romântica do nacionalismo, que introduz o finalismo na evolução da história pátria, completa o quadro de uma filosofia da história, que seculariza o providencialismo teológico no molde de um humanismo prometeico, fundado num otimismo, ao mesmo tempo determinista na sua base científica, mas também messiânico no seu impulso afetivo de expressão nacionalista. O que é de sublinhar aqui é a evidente força de atração de um paradigma baseado nestes três traços: o positivista, o iluminista e o nacionalista romântico. Porque são traços muito atuantes na formação de uma opinião pública que está a ser trabalhada incessantemente por estas ideias através da imprensa, através dos comícios, através da propaganda e que aparecem, ainda por cima, num contexto em que a cultura dominante nos anos 70, por efeitos da Geração de 70, é em grande parte uma cultura de decadentismo e de pessimismo. É um contraste absolutamente extraordinário que avulta nesta altura: contrapõem-se àqueles traços, desabafos verdadeiramente pessimistas de um Oliveira Martins, que dizia: «Somos um povo excelente, cujo fundo é a fraqueza bondosa de uma grande passividade. Estas qualidades são a origem dos nossos defeitos» (*Carta a Eça de Queiroz*, Fev-Mar 1892); de um Oliveira Martins que afirmava: «Eu francamente tenho vergonha de me apresentar a quem quer que seja, lá de fora, como português, desde que além de fracos, além de pequenos e insignificantes, temos de acabar como pulhas. O melhor é meter-se cada qual na sua concha, onde se pode sentir a consciência do isolamento honesto» (*Carta a Eça de Queiroz*, 23 julho 1892). Portanto, os republicanos assumem o papel de quem tem uma visão completamente otimista, antipessimista, antidecadentista, uma visão de esperança

e isto é extremamente mobilizador no contexto da época, ao passo que afirmações como estas de Oliveira Martins são, como é evidente, extraordinariamente desmobilizadoras.

Era isto, portanto, que eu queria desde já acentuar, nesta primeira abordagem da dimensão filosófica deste paradigma. Uma dimensão filosófica que não deixa de ser redutora. Por isso, desde muito cedo e a partir sobretudo dos anos 90, autores como Sampaio Bruno, principalmente, mas também Guerra Junqueiro, põem em causa alguns aspetos deste paradigma filosófico. Relembro, precisamente, as teses essenciais de Sampaio Bruno na *Ideia de Deus*, em 1902, obra na qual, como alguns conhecerão, ele vê a evolução da História e do Mundo no plano metafísico como a passagem de um espírito homogéneo puro que foi e há de voltar a ser (ponto de partida e ponto de chegada), para um espírito puro mas diminuído pelo destaque separativo do universo, com o aparecimento do universo e do mal que separam de Deus esse espírito puro e homogéneo inicial, para, num terceiro momento, o universo aspirar a regressar ao homogéneo inicial. Portanto, é uma metafísica marcada pela ideia da queda do próprio Deus, mas uma metafísica que parte do pressuposto da existência de um Deus inicial, que se perde, que é um Deus não onipotente, embora onisciente, que representa a unidade primordial de que o mundo e o mal se separam, e de um Deus que precisa do Homem que, redimindo-se a si próprio, acaba também por redimir Deus. Isto é uma visão completamente diferente da visão positivista clássica de Teófilo Braga e de todos os próceres do positivismo. E Sampaio Bruno nem por isso deixava de ser menos republicano que Teófilo Braga. É um Deus diferente, evidentemente, este que aqui está, do Deus do Catolicismo, é um Deus também diferente do Deus indiferente do deísmo. E há também aqui uma visão da libertação do homem pela via da fraternidade dos seres, uma visão que nega o individualismo, nesse aspeto se aproximando do altruísmo solidarista do positivismo. Uma visão em que se privilegia também todo o esforço da razão humana para operar esta ação redentora e libertadora do regresso à unidade primordial do ser.

Sampaio Bruno é um autor que valeria a pena redescobrir e revalorizar, no âmbito das comemorações da República. Penso que ele estaria a merecer uma boa biografia, para além da obra clássica de Joel Serrão. É, sem dúvida, um autor que merece ser revisitado no âmbito das comemorações republicanas.

Do mesmo modo, Guerra Junqueiro. Há nele uma redenção pela dor, que se aproxima do ponto de vista de Pascoaes e de Raul Brandão, de que falarei mais adiante e que também apostam nesta libertação por uma via redencionista. Convém, no entanto, notar que tanto as vias de Sampaio Bruno e de Guerra Junqueiro, como posteriormente também a de Teixeira de Pascoaes, embora antipositivistas, não deixam, porém, de comungar do traço profundamente otimista da filosofia da história republicana, que se baseia no valor da esperança. Nesse sentido, penso que não é correto colocar completamente em oposição a via metafísica com a via positivista. Ambas partilham de uma comum preocupação de redenção, no âmbito de um mesmo evolucionismo no sentido do Bem, no sentido da Salvação, no sentido

da Redenção, no sentido da libertação do Homem e que tem muito a ver com a filosofia anteriorana.

Passemos agora para a dimensão ética do paradigma cultural republicano, sem esquecer, evidentemente, que mesmo no plano filosófico, mais tarde com a *Seara Nova*, teremos duas outras alternativas – a alternativa vitalista-espiritualista ou espiritualista-vitalista de Raul Proença e a alternativa neorracionalista idealista de António Sérgio – que não se devem confundir porque são bastante diferentes uma da outra.

Na dimensão ética do paradigma cultural republicano, quais são os traços que vamos encontrar como sendo mais marcantes? Antes de mais, a fundamentação imanentista positiva e científica da moral, que assenta a inspiração jusnaturalista da normatividade da razão crítica universal e autónoma numa base sociológica de natureza orgânico-historicista, distinguindo-a assim quer da moral religiosa quer de uma simples moral formal apriorística à maneira de Kant. Seguidamente a sua expressão viril assente no culto da vontade, do trabalho e da energia, com repúdio das morais decadentistas. Uma moral que, além disso, aposta no ideal altruísta solidarista, que recusa ver o indivíduo como um ser abstrato e o insere na sua dimensão social, histórica, geográfica e étnica, superando o atomismo social pela via do associacionismo, sem cair, porém, no extremo contrário do socialismo anarquista ou do socialismo estatista. E, por último, uma moral que aposta no culto da pátria e da humanidade como substituto do culto de Deus e como único culto público, relegando todos os outros cultos para a esfera do privado. Esta é, portanto, a dimensão ética do paradigma cultural republicano que anuncia facilmente, também por esta via, futuras derivas nacionalistas. É graças a esta dimensão do culto da Pátria que nós vemos depois formar-se a alternativa saudosista de Pascoaes, como é também este culto da pátria que marcará todo um clima mental e levará Fernando Pessoa aos seus excessos de nacionalismo místico. Este culto da Pátria é qualquer coisa de central no paradigma cultural republicano e não era nada que caracterizasse a cultura dominante dos últimos anos da Monarquia Constitucional, bem pelo contrário.

Vejamos agora a dimensão política deste paradigma cultural republicano, que tem a ver com uma determinada conceção da Democracia e do Estado laico.

De facto, a conceção da Democracia deste paradigma cultural é mais marcada pela doutrina da vontade geral de Rousseau do que pela doutrina da tolerância pluralista de Voltaire. O republicanismo português tende a identificar a democracia com o regime da vontade maioritária expressa num parlamento concebido como instrumento de um partido republicano que se pretende ele próprio unificador e esmagadoramente maioritário. Portanto, é uma democracia fortemente comunitarista e blindada contra quaisquer derivas de tipo individualista liberal.

Depois, temos a conceção do Estado laico. Aqui o paradigma cultural republicano tende a cair num laicismo antirreligioso e anticatólico que fere, de facto, a neutralidade do Estado, porque ao Estado republicano competia, dentro deste paradigma, realizar a sociedade ideal prometida pela teoria evolucionista, e para isso competia-lhe eliminar todos os obstáculos culturais de natureza reacionária. Para fabricar o Homem Novo, o Estado laico teria de pôr em causa formas de alienação

religiosa de molde a poder mobilizar todas as energias afetivas para a construção da Nação republicana. Era evidente que um paradigma cultural com uma marca filosófica tão forte, como esta que aqui foi definida, tendia a chocar com a religião oficial: eram duas grandes mundividências que se enfrentavam, sobretudo a partir do momento em que o Papado romano decidira declarar guerra às heresias do século, com o célebre *Syllabus* de Pio IX (1864) e o Concílio Vaticano I (1870).

O Estado assumia a plena responsabilidade da formação moral e cívica dos cidadãos no respeito pelos princípios republicanos e patrióticos e pelos valores da modernidade encarnados na nova mentalidade positiva, científica e racionalista. A escola laica, com o professor investido da função de sacerdote laico, tornava-se, deste modo, indissociável do Estado laico, e o homem laico e republicano não manipulável pelo padre o produto final dessa escola. Como bem notou Fernando Catroga: «O vector laico do paradigma republicano conduzia a uma situação paradoxal: em nome dos fundamentos do liberalismo, o Estado protagonizava uma política de ensino anti-liberal; em nome do anti-liberalismo, a Igreja reivindicava pelo seu lado, uma política de ensino liberal.» (*O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro*, vol. II, p. 371).

Vejamos agora então o traço demopédico do paradigma cultural republicano. O discurso pedagógico republicano privilegia como objetivos a formação: primeiro, de bons cidadãos – o bom cidadão é aquele que é ativo, enérgico e altruísta; segundo, de bons patriotas, mediante a transmissão da tradição nacional com vista à recuperação do orgulho pátrio; terceiro, de bons profissionais, ao serviço do progresso económico. Portanto, o modelo de ensino privilegiado é aquele que é orientado para finalidades de ordem político-económica. A partir daqui os republicanos diferem nas estratégias a seguir. Grosso modo: há uma estratégia que privilegia a chamada *revolução de baixo*, que privilegia o ensino primário e o combate ao analfabetismo; e há uma estratégia que privilegia a chamada *revolução de cima*, que, pelo contrário, concede mais importância à reforma do ensino superior e do ensino secundário, porque – e é esta aliás a linha da *Seara Nova* – é mais importante formar bons professores e revolucionar ou reformar a mentalidade das elites dirigentes, pois só a partir daí se pode também, finalmente, encontrar um novo modelo educativo e uma educação mais eficaz para todos.

Esta utopia demopédica privilegia a figura do intelectual professor, visto como um modelo de virtudes cívicas, como o apóstolo que extirpa os preconceitos e fanatismos que impedem de alcançar a cidadania, como o responsável pela educação cívica, moral e patriótica. Por isso, educar os educadores é, sem dúvida, uma prioridade estratégica. Esta utopia demopédica, para além da escola, envolve também toda uma cultura da conferência, da festa cívica, do comício, do jornal, da recita, do livro e da revista. A cultura da revista é uma cultura muito importante, porque a cultura republicana é uma cultura que se cria, que se organiza, que se difunde através da revista e de revistas que são órgãos de movimentos. Os anos que vão do princípio do século ao final dos anos 20, são verdadeiramente de uma riqueza extraordinária, no que diz respeito à criação de múltiplas revistas, umas com características estéticas, outras de pensamento, as mais variadas, de uma pluralidade

verdadeiramente assombrosa. É um aspeto a que voltaremos na parte conclusiva da nossa conferência.

Por fim, gostaria de sublinhar uma última dimensão deste paradigma cultural republicano, que é a dimensão estética. Os republicanos privilegiam o modelo estético do realismo literário e do naturalismo pictórico e plástico. Consideram-no praticamente a única corrente estética adequada à evolução do espírito humano. Correntes como o Simbolismo, que surge nos anos 90 do século XIX ou o Parnasianismo, são correntes minoritárias e de alguma maneira desprezadas pelos republicanos. Aquela não é de facto a estética deles, porque a arte está ao serviço do bem, a arte pela arte é qualquer coisa de profundamente gratuito para um republicano que se preze. Proença na sua resposta ao inquérito da Águia, de 1910-11, tenta superar este dilema da arte social e da arte pela arte, em nome da confluência do Belo e do Bem. Mas esta posição de Proença é uma posição heterodoxa no meio republicano da época. Já a poesia de um Cortesão, muito marcada por um neorromantismo, é erigida na altura como um verdadeiro modelo estético. Guerra Junqueiro, que também acaba por se inserir numa visão/corrente neorromântica, acabará por ser, como sabemos, uma espécie de poeta oficial do regime apesar de a sua metafísica estar em grande parte em contradição com o positivismo evolucionista dominante na área republicana. Isto fará com que a cultura literária republicana, não seja, em si mesma, muito rica. Os seus grandes vultos afirmam-se, já depois de 1910, numa linha contrária, afinal de contas, a este paradigma naturalista e realista dominante. Os republicanos andaram desesperadamente em busca de dignos sucessores de Eça e Ramalho Ortigão, não os encontraram, praticamente não os tiveram. Aquilino Ribeiro é um tipo de romancista que tem a sua heterodoxia, nomeadamente por todo o lado erótico-carnal dos seus romances, mas, por outro lado, é marcadamente regionalista, portanto com um alcance também de certo modo limitado. E Raul Brandão é um grande e imenso nome que escapa completamente a esta estética naturalista republicana, sem por isso deixar de ser convictamente republicano, pois não tinha dúvidas nenhuma no que dizia respeito à superioridade do regime político republicano em relação ao regime monárquico, embora também muito crítico daquele nas suas memórias.

Está terminada a caracterização do paradigma cultural republicano.

Agora gostaria de abordar, de uma forma muito sintética, as várias correntes, tendências e movimentos que vão surgindo após a implantação da República. Com esta nota prévia: o triunfo político da República, em 1910, se, por um lado, é a expressão e a consequência de um certo triunfo intelectual nos anos 90 e na primeira década do século XX deste paradigma cultural, imensamente propagado das mais diferentes maneiras, marca ao mesmo tempo o início de uma profunda contestação a este mesmo paradigma. Sintetizando de uma forma um tanto provocatória, e porventura excessiva, a República ao mesmo tempo que triunfa politicamente, em 1910, começa a ser derrotada culturalmente, e isto é algo muito curioso de analisar

e sobre o qual é preciso também refletir. Um triunfo político desencadeia, de certa maneira, uma derrota cultural!

Vejamos, antes de mais, o primeiro grande movimento cultural do pós-5 de Outubro, que é, sem dúvida, a *Renascença Portuguesa* e a sua filosofia saudosista. É um movimento criado por jovens intelectuais profundamente republicanos. Nenhum dos seus principais mentores pôs alguma vez em causa o seu sentimento republicano: Jaime Cortesão, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, os três grandes nomes da *Renascença Portuguesa*, sempre afirmaram esse seu credo republicano. Ora, a filosofia saudosista, é também ela, uma filosofia de otimismo profético da história e do papel de Portugal no mundo. Não é uma filosofia depressiva, como aparentemente o seu nome poderia sugerir. Para Teixeira de Pascoaes, o 5 de Outubro é o primeiro sinal da terceira fase da Saudade, depois de uma fase inconsciente ativa presente nos Descobrimentos, depois da fase consciente contemplativa, que vai do século XVII até ao princípio do século XX, a República inauguraria a fase consciente ativa da Saudade. Competia-lhe criar uma arte e cultura portuguesas, que afirmassem Portugal no mundo, embora sem enjeitar o progresso material. Esta preocupação com o progresso material é, de certo modo, uma concessão de Pascoaes no âmbito da polémica com Sérgio, para que não fosse confundido com um retrógrado conservador pré-moderno, deste modo se distinguindo do Integralismo Lusitano, que é uma utopia regressiva. O que é curioso é que os nossos saudosistas também eles começam por um diagnóstico dos males do português, a famosa doença da vontade, que é fruto da educação jesuítica, segundo pelo menos Jaime Cortesão, e também eles propõem uma terapêutica que assenta na obra educativa das elites artísticas e intelectuais, através do impulso afetivo da saudade, como desejo do futuro, como espírito lusitano criador, revelador do heroísmo e da beleza da raça. Ora, esta filosofia da saudade, mereceu, como já o sabemos, contestação profunda de Raul Proença e de António Sérgio. Uma contestação feita a dois níveis: no que diz respeito, por um lado, à essência mesmo desta filosofia, que não passaria de elucubrações metafísicas, poéticas, místicas, sem qualquer fundamentação na realidade; mas, o que não é muito sublinhado é que há um outro veio da contestação de Sérgio e Proença à filosofia da Saudade, que tem a ver com o facto de considerarem que erigir a Saudade e o Saudosismo como filosofia oficial do grupo da *Renascença Portuguesa* era profundamente redutor, ou seja, acabava por prejudicar o outro grande objetivo da *Renascença* que era o objetivo demopédico, afinal de contas, educar o povo português e promovê-lo culturalmente. Quando Pascoaes acaba por promover o seu Saudosismo como a filosofia oficial da *Renascença* está a prejudicar este objetivo estratégico, está a limitar a base de apoio da *Renascença Portuguesa*, e a *Seara Nova* constitui-se em grande parte, precisamente, para conseguir um alargamento da base de apoio para um projeto fundamentalmente demopédico.

De facto, ao partir do princípio de que existe uma alma portuguesa, com um perfil eterno e original que gerou a Saudade, contra as más influências literárias, políticas e religiosas, vindas do estrangeiro, contra a obsessão da Europa, e ao pretender que, depois do 5 de Outubro ter operado a libertação do papado de Roma, havia agora que operar a libertação cultural de Paris, o saudosismo punha em causa

aquilo que era, no fundo, um dos traços fundamentais da cultura republicana: o seu alinhamento pela Europa progressiva do seu tempo, o seu alinhamento por uma cultura de progresso e de progresso económico. É isto que desencadeia o choque frontal entre Pascoaes e António Sérgio. Por mais sedutora que seja a construção pascoalina da saudade como uma síntese e unidade de tudo o que existe, a síntese entre o espiritualismo cristão e o naturalismo pagão, entre o etnos semita e o etnos ariano, entre o desejo como dor e o desejo como alegria, entre a esperança do futuro e a lembrança do passado, esse “sangue espiritual da raça”, tudo isto é algo que faz sorrir uma personalidade eminentemente racionalista como Sérgio, mas que não deixa também de ser alvo de críticas de outros menos racionalistas, como o próprio Proença que, vitalista embora, não alinha neste tipo de elucubrações.

No contexto deste Seminário e da questão religiosa, convém aqui referir uma proposta muito curiosa de Pascoaes sobre a Igreja Lusitana, que é pouco recordada hoje em dia. Na sequência do seu nacionalismo místico poético da alma portuguesa, ele propõe, coerentemente, uma reforma da Igreja – da nossa Igreja –, através da fundação da Igreja Lusitana: na base, o povo português é um povo religioso mas não católico, por isso mesmo criou a Saudade, e conviria imenso à República de Portugal, não a separação das igrejas do Estado, mas a separação de Roma, podendo talvez eliminar-se o alto clero que foi quase sempre uma nódoa estrangeira na nossa pátria, à semelhança dos políticos. Era necessária a fundação definitiva da Igreja Lusitana, devendo a mesma ficar integrada no Estado e ser por ele superiormente dirigida, sendo o Estado representado, é claro, por autênticos portugueses de inteligência e coração. Portanto, o projeto político de Pascoaes passa muito por esta Igreja Lusitana juntamente com a organização municipalista do país.

Só que a *Renascença Portuguesa* não é só o Saudosismo. A *Renascença Portuguesa* é o tal projeto demopédico que Sérgio sintetizou muito bem, quando lembrou que o motivo principal da *Renascença* tinha sido o de operar uma revolução cultural na pátria portuguesa, por via de uma larga ação educadora, através da criação de jardins-escola, escolas oficinas, universidades populares, revistas, conferências, etc. Jaime Cortesão, na carta que dirigiu a Raul Proença em 1911, sobre a constituição da *Renascença Portuguesa*, falava na necessidade de um escol de intelectuais e artistas com uma ação social orientadora e educativa, isenta de facciosismos políticos. Esta tensão entre Saudosismo e um propósito mais demopédico está logo presente nos dois manifestos falhados da *Renascença* – o manifesto de Teixeira de Pascoaes, que é, no fundo, um convite à arte de ser português e a ressuscitar a pátria portuguesa; e o manifesto de Proença que é um convite à arte de ser europeu.

A maneira da *Renascença* resolver esta contradição é criar uma nova revista ao lado da Águia, *A Vida Portuguesa*, dirigida por Jaime Cortesão, que é alguém que participando, é certo, do credo saudosista, é muito mais sensível à necessidade das reformas e à tal via demopédica. *A Vida Portuguesa* faz um inquérito à situação da sociedade portuguesa nos seus diferentes aspetos, propõe reformas a vários níveis, e, portanto, estimula esse lado demopédico. Simultaneamente, a criação das universidades populares no Porto, Coimbra, Póvoa de Varzim, Vila Real, Viseu, prolonga essa ação reformadora demopédica, juntamente com as edições – a *Re-*

nascença Portuguesa é verdadeiramente uma fábrica editorial, publica mais de 200 títulos, entre 1912 e 1929 – e tudo isso, configura um movimento cultural com recetividade e com capacidade de difusão, o que foi muito bem estudado por Paulo Samuel, na sua obra sobre a *Renascença Portuguesa*.

Mas para além da expressão poético-mística do Saudosismo, há uma expressão filosófica que terá também alguma importância no contexto da cultura republicana da época, e que é o idealismo criacionista do Leonardo Coimbra. Por um lado, este idealismo criacionista demarca-se do racionalismo intelectualista, vê a realidade como acção criadora, pronuncia-se por uma nova teoria do conhecimento que se demarca, quer do empirismo puro, quer do racionalismo kantiano, quer também do racionalismo hegeliano, mas também não se identifica completamente, ao contrário do que muita gente crê, com o intuicionismo bergsoniano. Leonardo Coimbra fala de uma racionalização da intuição, na necessidade de achar a justa harmonia da intuição e da razão, o pensamento é um processo dialético de construção da realidade que nos leva da mónada inferior da matéria à mónada superior da pessoa moral – Deus, logo da Ciência à Moral e à Religião por via do amor. A realização artística inseparável da realização moral, já a vida moral é um grau bem mais alto da vida artística, e a poesia é um maravilhoso equilíbrio entre a sensibilidade e a representação. E por último, temos ainda no âmbito do Saudosismo, para além da expressão místico-poética e da expressão filosófico-idealista do Criacionismo, a expressão dramático-metafísica próxima do Simbolismo, presente na obra de um grande dramaturgo, um dos maiores desta época – António Patrício, que consegue operar uma síntese entre saudosismo, simbolismo e vitalismo nietzschiano. Considerando que a saudade é uma contradição entre o desespero e a alegria louca, como em *D. João e a Máscara* e em *O Fim*, é uma contradição entre o amor e a morte, é contradição entre a morte e a vida, como em *Pedro o Cru* e *Diniz e Isabel*, numa postura de certo modo niilista, procurando a síntese pascaliana, ou melhor, transformando a síntese pascaliana numa tensão dolorosa e trágica. De certo modo, esta expressão dramática metafísica simbolista de António Patrício já está muito próximo daquilo que eu considero, então, a segunda grande tendência e corrente da cultura republicana desta época, que é o pessimismo trágico, representado por um Manuel Laranjeira e um Raul Brandão.

Manuel Laranjeira, também ele um republicano formado no positivismo – chega a ser presidente da câmara em 1912, em Espinho –, acaba por ser influenciado por todo um novo clima irracionalista do princípio do século XX, que começa a apanhar toda a Europa, define bem o seu estado de espírito nesta sua carta a Amadeu de Sousa Cardoso, em 24 de dezembro de 1905: «Eu sou um filho deste século, deste século de tristeza, de ansiedades impossíveis de satisfazer, de tédio, em suma. O espírito do homem contemporâneo voa muito alto, a uma altura em que o coração humano não pode atingir. O resultado é o homem pedir (exigir é que é) à vida, coisas que ela não pode dar.» Ele parte de uma dialética da crença e da descrença («Bem sabes crer ou não crer, eis o dilema, o segredo de viver ou de morrer.») para chegar a uma ideia do destino como fatalidade, em que o “desejo de viver já não tem asas e a vida dá vontade de morrer.» Em que se vive para o nada: «em tudo vejo a

morte, e assim ao ver que a vida já vem morta cruelmente, logo ao surgir, começo a compreender como a vida se vive inutilmente.» Claro, isto desemboca no suicídio, em 1912. Há aqui uma contradição extraordinária entre um homem republicano formado naquele paradigma cultural que eu há pouco descrevi, e que chega ao fim da vida convicto de que afinal aquilo não conduz a nada, e que a vida não vale a pena viver. Isto depois de ter ensaiado, antes, a resposta esteticista e elitista do homem de génio e criador, sob a influência nietzschiana.

Mas, sem dúvida, o grande representante desta corrente do pessimismo trágico é Raul Brandão.

Raul Brandão que nas suas memórias define assim o momento presente, isto em 1910, no ano da implantação da República: «A vida antiga tinha raízes, talvez a vida futura as venha a ter. A nossa época é horrível porque já não cremos – e não cremos ainda. O passado desapareceu, do futuro nem alicerces existem. E aqui estamos nós, sem tecto, entre ruínas, à espera.» É um parágrafo admirável das suas memórias que tem tudo a ver com toda a temática que ele vai desenvolver no seu grande romance – *Húmus*, em 1917. Aí, o espanto surge como a consciência do absurdo da existência, da qual não obstante irrompem intermitentemente jatos de sonho. O sonho é visto como possibilidade de evasão face à certeza e miserabilidade de uma existência sem perspectivas. Escreve ele: «A verdade amarga e única é esta: é que na vida é preciso sonhar para não se morrer transido, tantos são os pontapés que a gente leva na alma e noutra parte.» (in *A Morte do Palhaço*). E há ainda aquela célebre reflexão no *Húmus* sobre a existência de Deus: «Se Deus existe... se a vida se reduzir só a isto, seria uma vida abjecta. Dentro em mim, tudo me fala numa lei, numa lógica, numa razão de ser, num sentido. Mas se Deus não existe... sou nada no infinito, estou só, neste absurdo que me impele e me esmaga. Só contei contigo meu Deus – e agora quero crer e não posso crer. Estou aqui defronte do espanto e sinto-me perdido na vastidão infinita. Tudo o que disse, disse-o diante do vácuo, tudo o que sofri, sofri-o diante do vácuo, todo o meu desespero, a minha dor, a renúncia, os esforços, o calvário, diante do vácuo.» Como estamos longe daquele paradigma cultural republicano definido antes de 1910!

Chamo a vossa atenção, a propósito de Raul Brandão, para um estudo verdadeiramente exemplar, mais uma vez do Professor Fernando Catroga, inserto no Colóquio promovido pelo Centro Regional da Universidade Católica no Porto em 1999, e publicado em 2000. Aliás, o Centro Regional do Porto da Universidade Católica, convém que seja dito, fez dois excelentes Colóquios – um sobre Raul Brandão e outro sobre Guerra Junqueiro, e publicando as respectivas Atas que são verdadeiramente do melhor que se escreveu quer sobre Guerra Junqueiro, quer sobre Raul Brandão, num excelente serviço prestado à cultura portuguesa. Nessa comunicação, o Professor Fernando Catroga dizia que Brandão «afinava pelo diapasão daquela minoria, para quem, se Deus foi morto pelo homem, seria uma catástrofe definitiva dar-Lhe o último golpe de misericórdia. Ao contrário, grande tarefa do futuro seria ressuscitá-Lo. Sem isso a humanidade morreria às mãos do seu próprio crime». Porque «Se Deus existe eu sou um homem, se Deus não existe, eu sou outro homem completamente diferente». Ou seja, Brandão vai, no fundo, procurar ressuscitar

Deus, de facto, na sua obra e na sua reflexão. Um Deus pessoal, um Deus que não se confunde com o Deus do deísmo, nem com o Deus-Espírito à Hegel. Insurge-se sempre contra a concepção de um Deus-força que pela negação, tudo destrói, destrói e caminha, esse Deus não lhe era nada. Mais do que o amor intelectual de Deus, ele procura um Deus cordial que, como em Pascal, só podia ser o Deus de Jesus Cristo, o Deus vivo e o Deus dos vivos. Inspira-se, afinal, numa concepção pampsiquista do universo, mais do que panteísta, o que o leva a uma posição cristocêntrica, em que Cristo aparece como o redentor humano universal. Baseia-se, assim também, numa concepção filosófica que acentua os limites do racionalismo. Como, por exemplo, nestas palavras de uma personagem sua: «A razão, só a razão fria é que eles admitem e a intuição, porque não, pois não é como se um homem se servisse apenas de uma das mãos tendo duas? Não será incompleto tudo o que fizermos com apenas uma parte da nossa alma?» E considera que não basta responder à pergunta do *como*, é preciso responder à pergunta do *porquê*, e do *para quê*.

Fazendo de novo a ligação à questão religiosa, aliás o título da comunicação do Professor Fernando Catroga era «Brandão e a questão religiosa», também Brandão tem uma posição completamente heterodoxa, como republicano, relativamente a esta questão. Começa, aliás, por fazer uma curiosa reflexão sobre Afonso Costa nas suas memórias, ao marcar a sua diferença em relação aos homens que não creem em Deus, considerando que isso é uma falha tremenda e que ele tem necessidade da presença do sagrado: «Eu tenho sempre medo dos homens que não querem Deus para ficarem mais à vontade no mundo. É certo que tenho conhecido alguns seres extraordinários, sem Deus, nem religião, mas estes tipos excepcionais têm Deus dentro, quer queiram, quer não queiram, e às vezes, mais luminoso do que os que andam sempre a falar n'Ele como se Deus fosse uma coisa de trazer por casa».

De facto, Brandão está na linhagem de Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, Teixeira de Pascoaes, quando acentua a necessidade da presença do sagrado na vida pessoal e coletiva dos homens. Afasta-se do ateísmo e do agnosticismo. Não se contenta com uma moral social baseada na autossuficiência imanentista. Repudia uma simples religião da humanidade. Não se contenta com a religião da pátria. Acaba por defender o sistema concordatário, porque segundo ele, é aquele que salvaguarda melhor o papel social e simbólico da Igreja, bem como a vocação metafísica e religiosa do Homem. O seu propósito qual é? É, muito sinteticamente, cristianizar a Igreja: «O Cristianismo vai morrer no mundo para renascer só alma», afirma ele, «O homem há-de ser livre e crente.» Isto em 1912. Acentua a importância do simbólico e do ritualismo religioso e aí há uma diferença entre Raul Brandão e Sampaio Bruno: Brandão é favorável à própria oração, que é uma forma de comunicação entre Deus e os humildes, os pobres. Fala da importância do ensino religioso na escola, um ensino em que se fale do Deus vivo. No fundo, o que ele pretende é um cristianismo despidido das deturpações ultramontanas e clericais, um cristianismo visto como um caminho de redenção da precariedade da condição humana. Esta será também a posição de Leonardo Coimbra, em boa parte. E é, no fundo, como lembra Fernando Catroga, o caminho traçado também por Guer-

ra Junqueiro quando numa frase célebre nos falava de que era necessário «roubar Cristo à Igreja, roubar o Gólgota ao Vaticano, roubar o evangelho aos *Syllabus*». Esta afirmação de Guerra Junqueiro é realmente paradigmática de um determinado cristianismo metafísico em que toda esta linha republicana comunga. E, no fundo, como dizia também Guerra Junqueiro: «Só destruiremos as religiões com uma nova religião. Os deuses morrem, mas Deus é eterno».

Passo então para a terceira corrente importante no âmbito da República pós-1910, que é a corrente modernista futurista, e vou resumir o essencial. Também Fernando Pessoa e Almada Negreiros partem de um diagnóstico decadentista da sociedade portuguesa. O próprio Fernando Pessoa, quando define o sensacionismo, defini-o como expressão do decadentismo, o sensacionismo não é mais do que um grupo de “descendentes directos do movimento decadente e simbolista”. O elogio e a apoteose da força que os caracteriza é apenas aquela “ânsia de sensações fortes, aquele entusiasmo excessivo pela saúde que sempre distinguiu certas espécies de decadentes”. É isto que está na base do famoso *Ultimatum* de Álvaro de Campos. E veja-se a caracterização do português no não menos famoso *Ultimatum* futurista às gerações portuguesas no século XX de Almada Negreiros: «o português, como todos os decadentes, só conhece sentimentos passivos, a resignação, o fatalismo, a indolência, o medo do perigo, o servilismo e até a inversão.» E a forma como ele termina o manifesto: «Coragem portugueses, só vos faltam as qualidades». Mas o que é curioso é que também qualquer deles preconiza terapêuticas otimistas. É um outro traço que os une e que une esta corrente a outras, esta visão de que para um diagnóstico decadentista há que encontrar uma terapêutica otimista.

Pessoa baseia essa terapêutica otimista no papel de uma elite antiliberal, uma elite artístico-científica, com base sua teoria do génio aristocrático intelectual como agente reformador da sociedade, uma teoria de clara inspiração nietzschiana. Para ele há uma barreira entre a elite e o povo, que o povo nunca conseguirá transpor, chegando a afirmar que o operário se encontrava mais próximo do macaco que do homem culto. E o seu nacionalismo místico do Quinto Império é a renovação do mito sebastianista, apesar de não ser incompatível com a defesa de uma modernidade técnico-industrial, nesse ponto se distinguindo da utopia regressiva do Integralismo Lusitano. Tudo isto fazendo da revolução estética uma espécie de metáfora da necessidade de revolucionar toda a ordem social e até a própria vida, impondo à política uma visão estética do mundo – a política é uma forma subordinada da estética.

Com Almada temos também um elitismo anti-igualitário como terapêutica. Afirmo ele: «É preciso violentar todo o sentimento de igualdade». Mas aposta preferentemente num cosmopolitismo, não num nacionalismo místico como Pessoa, ao mesmo tempo que pratica o culto dos valores nietzschianos: do amor ao perigo, da glória, da aventura, do orgulho, com o elogio da própria guerra.

Há aqui, portanto, pontos comuns nestas várias correntes. A convergência de um diagnóstico decadentista, mas também a confiança otimista nas elites intelectuais e nos seus instrumentos de ação. Mas tudo o mais é diverso: uns democratas, outros autoritários, uns apostando nos valores republicanos liberais, outros nos va-

lores nietzschianos. Seja como for, penso que a corrente futurista é, de todas estas correntes, aquela que claramente mais se aparta do mundo cultural republicano, há ali outra coisa que está em gestação, que já tem muito pouco a ver com o mundo cultural da República.

Resta-me a última corrente, a corrente seareira, cujos principais aspetos sintetizei num trabalho que apresentei no Colóquio que deu origem ao livro *Revistas, Ideias e Doutrinas*, publicado em 2003, com um conjunto de intervenções sobre as vastas revistas culturais desta época. É importante, sobre isto, afirmar que não existe uma filosofia oficial da *Seara Nova*: os seareiros não quiseram cometer o mesmo erro que Pascoaes cometeu com a *Renascença Portuguesa*, que foi impor-lhe uma filosofia oficial. Os primeiros a criticar esse erro estratégico de Pascoaes não iam cometer obviamente o mesmo erro com o grupo da *Seara Nova*. E como a revista *Seara Nova* agrupa personalidades tão distintas como Proença e Sérgio, mas também Raul Brandão, que está nos antípodas de muita da filosofia oficial republicana, o que existe é apenas uma estratégia comum e um propósito demopédico comum.

A *Seara Nova* assume-se não como expressão e órgão de uma corrente estética, ou mesmo de uma corrente de natureza simplesmente doutrinária ou cultural, mas como expressão e órgão de um grupo de intelectuais políticos, dotado de um pensamento estratégico de intervenção política suprapartidária na sociedade portuguesa, com vista a superar a crise mental, ideológica, política e económica do regime liberal republicano em vigor. Portanto, a revista é indissociável de um grupo que se considera a si próprio como uma elite intelectual dinamizadora de um movimento de renovação de toda a elite intelectual portuguesa, e de criação de uma opinião pública forte e consciente, que se impusesse aos políticos, e sem o qual seria impossível levar a cabo, com eficácia, as profundas reformas estruturais de que o país carecia. E vai procurar desempenhar uma tripla função: uma primeira, de propaganda de uma estratégia centrada na subordinação dos políticos a uma renovada elite intelectual, criadora de um plano de reformas apoiada por uma forte opinião pública; uma segunda, de combate doutrinário e cultural às ideologias de extrema-direita e em menor grau de extrema-esquerda e às estéticas vanguardistas, em nome da superioridade intelectual e moral de uma alternativa democrático-socialista e de uma estética subordinada a valores éticos humanistas e racionalistas; e, por último, a crítica aos defeitos das instituições vigentes e ao comportamento dos seus dirigentes.

Portanto há aqui propostas de natureza estratégica e de natureza política evidentes, que podem congrega nomes de personalidades tão diferentes como Sérgio e Raul Brandão, mas não há aqui um paradigma cultural alternativo ao antigo paradigma cultural republicano. O que há é, pela obra de reflexão filosófica de Raul Proença e pela obra de reflexão filosófica de António Sérgio, uma contestação profunda ao paradigma positivista, tanto num como noutra, em nome de alternativas diferentes – espiritualista vitalista no caso de Proença; racionalista crítica no caso de Sérgio.

Vimos que em todas estas correntes existe um comum diagnóstico decadentista da sociedade portuguesa; uma comum terapêutica elitista a operar por vias

intelectuais e artísticas; há também uma crítica da razão, como fabricadora de conceitos abstratos universais em muitas delas, em nome da mística da saudade e da intuição criativa, como no saudosismo, ou em nome da angústia e do desespero, como no pessimismo trágico.

Se procurarmos agora abranger o conjunto da cultura republicana da I República, o que vemos é uma pluralidade contraditória de correntes e valores, em que temos uma tensão permanente entre o vetor patriótico nacionalista e o vetor cosmopolita internacionalista; uma tensão permanente também entre o vetor popular democrático e o vetor elitista aristocrático. Nota-se também a ausência de correspondência entre correntes estéticas e correntes políticas, o que me parece ser um traço interessante a sublinhar. Defensores e opositores da República podem coexistir nos mesmos campos estéticos, o conservadorismo em matéria de gosto estético não é exclusivo do campo monárquico e os modernistas contestam abertamente a República; um progressista em política não é necessariamente um revolucionário na estética.

O que vemos igualmente é um clima de intensa conflitualidade polémica, em consequência de uma alargada liberdade de pensamento e de expressão, apesar de alguns atos de censura pontuais, mas que contrastará flagrantemente com o clima da repressão e censura do Estado Novo.

Por último, a vida cultural republicana decorre num ambiente global de abertura à inovação, de mobilidade de exaltação dos valores do progresso e da modernidade, a que sucederá o ambiente de paralisia e estagnação imposto pelo Estado Novo.

Para este ambiente de abertura à inovação e à mobilidade, e de conflitualidade polémica, muito contribuiu a pluralidade de revistas, de grupos, a capacidade de livre expressão, de livre pensamento, uma vez mais, que todos esses movimentos e revistas protagonizaram na sua época, e nesse aspeto, eu chamo a vossa atenção também para o artigo introdutório do volume coletivo *Revistas, Ideias e Doutrinas – Leituras do Pensamento Contemporâneo*, publicado em 2003, da autoria de Luís Crespo de Andrade, que mostra bem como as revistas foram fundamentais para criar este novo ambiente cultural mais livre, mais criativo, mais polémico, que caracteriza a vida cultural da I República: “Conferiram, em síntese, à vida cultural uma presença intensa das ideias e emprestaram-lhe uma ampla diversidade. No seu todo, formaram um agora virtual na qual as elites se formaram e reviram, nos muitos órgãos em que os diferentes pontos de vista doutrinários se afirmaram e confrontaram” (p. 13).

Comecei por uma caracterização do paradigma cultural republicano, terminei com uma caracterização da vida cultural da I República, porque penso que abordar a cultura republicana implica três aproximações: definir um paradigma, definir as várias linhas de contestação a esse paradigma, e, por último, tentar definir uma vida cultural que se desenvolve ao abrigo desse paradigma e ao abrigo das várias linhas de contestação ao mesmo.